

[illegible]



Nº DO PROCESSO 0015242/2023		DATA DE ENTRADA 25/07/2023 13:20:58
SETOR DO USUÁRIO		
COMISSÃO DE LICITAÇÃO		

**DADOS DO REQUERENTE**

TELEFONE \_\_\_\_\_ CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL) \_\_\_\_\_

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO  
108376-LUCIANA DOS SANTOS SILVA DUARTE--ASSESSOR 3 - AS 3

ILMO. SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE  
MARICÁ - RJ.

Pregão Presencial nº 013/2023 PMM

MV2 SOLUCÕES COMERCIAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.029.872/0001-46, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, nº 935 Sala 917 Parte Centro, Niterói, RJ, CEP 24020-206, neste ato representada por seu representante legal, o sr. MARCIO DOMINGUES VALLADÃO FILHO, brasileiro, solteiro, engenheiro, nascido em 18/08/1990, identificado na cédula de identidade n 25822574-7 DIC/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 143.357.977-45, vem, na forma do artigo 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02, apresentar RECURSO contra a decisão que habilitou e reputou vencedora a licitante MASTER DE CACHOEIRO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA., exarada no bojo do certame epigrafado, pelas razões de fato e de direito que passa a esposar.

TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cumpre-nos consignar que o presente recurso é tempestivo, tendo em vista que a sessão em que fora exarada a decisão ora vergastada ocorreu em 20/07/2023. Considerando que a Lei Federal de aplicação nacional n.º 10.520/02, em seu artigo 4º, XVIII, estabelece

o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição do recurso, bem como estabelecido na própria ata do indigitado certame, tendo iniciado o cômputo do prazo naquela data.

Nestes termos, tempestivas são, as contrarrazões ora apresentadas.

### **ESCORÇO FÁTICO**

O Município de Maricá, por intermédio da Secretaria de Iluminação Pública, promoveu o Pregão Presencial n.º 013/2023, o qual tem por objeto "(...) aquisição de postes coloniais para implantação de novos pontos na rede pública de iluminação do Município, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência."

A licitante MASTER DE CACHOEIRO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ECRITÓRIO LTDA. fora habilitada e reputada vencedora, após a apresentação de amostras no certame epigrafoado inobstante ter apresentado a documentação para fins de habilitação sem o CNAE específico do objeto a ser licitado e mesmo sem possuir, no seu objeto social compatível com o objeto licitado, conforme se verifica do seu contrato social. Quando manifestado tal fato pela ora Recorrente quando da sua manifestação pela interposição de recurso, informou a representante daquela licitante "(...) que possui CNAE que atende ao exigido no edital, sob o n.º 4329-1/04, conforme contrato social."

Outrossim, a ora Recorrente, ao manifestar sua pretensão em recorrer da indigitada decisão, informou naquele momento, que "(...) a marca ofertada na proposta não fabrica o objeto do edital.", tendo sido mencionado pela representante da licitante, neste sentido, que "(...)

referente a marca apresentada, informou que também atende ao exigido no edital do certame.".

Nestes termos, fora proferida decisão, a qual é objeto do presente recurso cujas razões ora apresentamos, tendo em vista que as alegações trazidas pela licitante MASTER DE CACHOEIRO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA., ora Recorrida, não possuem sustentáculo e substrato jurígeno, conforme será adiante demonstrado.

### **FUNDAMENTOS JURÍGENOS DO RECURSO**

No que tange aos fundamentos jurígenos, cabe-nos, *ab initio*, asseverar que os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, devem ser aplicados de forma subsidiária, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 10.520/02, dispositivo este que ora trazemos à colação, *in verbis*:

Lei Federal nº 10.520/02:

"Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."

Conforme consabido, o processo administrativo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, que prevê em seu artigo 3º:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta

mais vantajosa para administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes aos correlatos."

(negritamos e sublinhamos)

Como todo ato administrativo, a licitação é um procedimento formal. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo.

A Lei de Licitações é a regra no procedimento licitatório, pois trouxe à Administração brasileira grandes avanços, sobretudo quanto ao aspecto da moralização dos processos de aquisição de bens e serviços.

Esta lei conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei. O Edital da licitação tem força legal e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo se respeitado.

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para

disciplinar o certame, como aliás, está consignado no art.41 da Lei 8.666.”<sup>1</sup>

Tal princípio está consagrado pelo art. 41, *caput*, da Lei 8.666/93, que dispõe, *in verbis*:

“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada”.

O instrumento editalício torna-se lei entre as partes tornando-o imutável, eis que, em regra, depois de publicado o edital, não deve mais a Administração alterá-lo até o encerramento do processo licitatório. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa e a segurança jurídica, normas-princípio norteadores da Administração Pública e constitucionalmente previstos.

Conforme já asseverado, o edital, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

Em sendo lei, o Edital com os seus termos, atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto as concorrentes - sabedoras do inteiro teor do certame.

---

<sup>1</sup> MELO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 535.

De fato, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações até findo o certame, proibindo-se a existência de cláusulas *ad hoc*, salvo se inverso exigir o interesse público, manifestamente comprovado. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

A Administração e os licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

Assim, os licitantes e o Poder Público estão adstritos ao Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. É o que prevê o artigo 43, V, da Lei de Licitações, que exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com o critério de avaliação constantes do edital.

É pacífica na doutrina e na jurisprudência a lição que o edital faz lei entre as partes. A mestre Maria Sylvia Zanella Di Pietro<sup>2</sup> nos ensina sobre o tema:

"Quando a Administração estabelece, no edital, ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas

---

<sup>2</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2007, p.357.



propostas com base nesses elementos; ora se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial do da igualdade entre os licitantes, pois aquele que prendeu os termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital."

Na mesma esteira é a percepção do insigne mestre Diógenes Gasparini:

"(...) submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

O festejado mestre Marçal Justen Filho<sup>3</sup> leciona que:

---

<sup>3</sup> JUSTEN FILHO, Marçal - Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos - 16. Ed. Ver., atual. e ampl.. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

"O instrumento convocatório  
cristaliza a competência  
discricionária da Administração  
que se vincula a seus termos.

Conjugando a regra do Art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo seja quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes no edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de

ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las. Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para o desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido. Deverá ser reiniciado o procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa). Ter-se-á, na verdade, novo procedimento licitatório. Esse princípio foi expressamente consagrado no art. 21, §4º, da Lei 8.666/1993."

No mesmo sentido se posiciona a jurisprudência do STJ:

"A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao

instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art.41) REsp nº 797.179/MT, 1ª T., rel. Min.Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)"

"Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras devesse ser reprimido. Não pode a Administração ignorar tais regras sob o argumento de que seriam viciadas ou inadequadas. Caso assim entenda, deverá refazer o edital, com o reinício do procedimento licitatório, jamais ignorá-las. (MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008)."

Diante de todo o esposado, imperiosa se faz a inabilitação da licitante MASTER DE CACHOEIRO MÓVEIS E

EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA., ora Recorrida, uma vez que, acaso a Administração Pública desta urbe flexibilize as regras editalícias descumpridas pela mesma, levará a efeito verdadeira afronta aos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Legalidade e da Isonomia, todos de alçada constitucional, o que não se pode, nem mesmo por mero amor ao debate, admitir.

Isto porque, os termos do instrumento convocatório, especificamente de seu item 5, subitem 05.1, "a", estabelecem, verbis:

"05 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

05.1. Poderão participar deste Pregão as empresas:

a) que estejam legalmente estabelecidas e especializadas nas atividades pertinentes com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;"

Portanto, clarividente o fato de que a Recorrente MASTER DE CACHOEIRO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA., sequer reúne condições de participação no certame licitatório em comento, posto que não comprovou, nos termos do edital, ostentar tais condições no momento oportunamente demandado, não podendo sequer participar do certame, quanto mais sagrar-se vencedora do mesmo.

Corroborar tal assertiva o fato de que o CNAE apresentado e constante do seu contrato social, qual seja, o de n.º 4329-01/04 não ser condizente com o objeto

licitado. Em simples pesquisa ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, se pode constatar que o mencionado se refere a temáticas outras, diferentes da do objeto licitado. Este é a "(...) aquisição de postes coloniais para implantação de novos pontos na rede pública de iluminação do Município, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência.". Já o CNAE apontado como apto a contemplar o objeto licitado é "Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos" e, portanto, não se refere ao fornecimento dos bens os quais pretende adquirir a referida municipalidade, mas, sim, máxime, à sua instalação, implantação e afins. Vejamos:

gov.br Casa Civil	COVID-19 Ministério da Justiça e Segurança Pública	ACESSO A INFORMAÇÃO Ministério da Defesa	PARTICIPE Ministério das Relações Exteriores	LEGISLAÇÃO Ministério das Relações Exteriores	ÓRGÃOS DO GOVERNO Ministério da Economia
Ministério da Infraestrutura	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Educação	Ministério da Cidadania	Ministério da Saúde	
Ministério de Minas e Energia	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Ministério do Meio Ambiente	Ministério do Turismo	Ministério do Desenvolvimento Regional	
Controladoria-Geral da União	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	Secretaria-Geral	Secretaria de Governo	Gabinete de Segurança Institucional	
Advocacia-Geral da União	Banco Central do Brasil	Planalto			

Pesquisar códigos ou atividades econômicas na CNAE. O usuário pode encontrar, a partir da digitação da descrição de uma dada atividade ou de uma palavra-chave, os códigos das classes CNAE ou subclasses CNAE, que contém as palavras digitadas, ou a partir da especificação de um código, o conjunto de atividades a ele associadas.

Indicar a posição de cada código na estrutura da CNAE, incluindo o desdobramento de subclasses CNAE e as Notas Explicativas de seu conteúdo.

Atividades

Estrutura

classificação

CNAE-Subclasses 23

Buscar

Todas as seções

Hierarquia

Seção

F

CONSTRUÇÃO

Divisão

43

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO

Grupo

43.2

instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções

Classe

43.29-1

trabalho de instalações em construções não especificadas anteriormente

Subclasse

4329-1/04

Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

Código	Descrição
4329-1/04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA: INSTALAÇÃO DE
4329-1/04	ILUMINAÇÃO URBANA E SEMÁFOROS: APLANTÃO DE
4329-1/04	POSTES DE ILUMINAÇÃO: COLOCAÇÃO DE
4329-1/04	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: MANUTENÇÃO DE
4329-1/04	SINAIS LUMINOSOS SEMÁFOROS: MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE
4329-1/04	SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS: RODOVIAS, FERROVIAS, PORTOS E AEROPORTOS: MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE
4329-1/04	SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS: MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE

Anterior 1 2 Próximo

© 2023 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



4

A Lei Federal de aplicação nacional n.º 8.666/1993, no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo (contrato social, estatuto, etc.) preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação. Em outras palavras, não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame. As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação descrito no edital.

Ou seja, cabe à Administração aferir, acuradamente, se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços ou aquisições de bens que pretende contratar.

O que não se admite é a participação de empresas atuantes em ramos completamente impertinentes, ou cuja natureza jurídica seja incompatível com a prestação dos

<sup>4</sup><https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=subclasse&tipo=cnae&versao=10.1.0&subclasse=4329104&chave=4329-1/04>



serviços ou fornecimento de bens previstos no Edital, conforme se verifica *in casu*.

Colacionamos a seguir algumas decisões de Tribunal de Contas nesse sentido:

"É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade<sup>5</sup>."

"Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação

---

<sup>5</sup> (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara)



jurídica prevista na Lei n.  
8.666/1993<sup>6</sup>."

"Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados<sup>7</sup>."

Nestes termos, impossível ser posta de lado por parte da Administração Pública do Município de Maricá a questão atinente ao descumprimento dos termos editalícios, o qual é de clareza solar, fato que, inexoravelmente, redundará na manutenção de sua inabilitação.

Cabe-nos ressaltar, de igual forma, que o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) representa a organização através de códigos, das entidades produtoras de bens e serviços em atuação no Brasil. Esses códigos são organizados através de classes e sub-classes. Essa classificação é regulada pelo IBGE, principal provedor de dados e informações do nosso país. Então, o CNAE cumpre a função de categorizar e classificar as atividades econômicas em exercício.

É usada com a finalidade de padronizar os códigos de identificação das atividades econômicas do país nos cadastros e registros do governo, em especial na área

<sup>6</sup> (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara)

<sup>7</sup> (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara)

tributária, contribuindo para a melhoria da qualidade dos sistemas de informação que dão suporte às decisões e ações do Estado, possibilitando, ainda, a maior articulação entre as esferas do poder público, sendo corolária tal classificação do Princípio da Eficiência, um dos norteadores do agir da Administração Pública, tendo em vista que visa trazer maior transparência e possibilidade de uma fiscalização mais eficiente por parte do Poder Público.

Como comprovação acerca do ramo de atividade estar relacionada ao objeto da licitação, destaca-se o art. 28, inciso III, da Lei Federal de aplicação nacional n.º 8.666/1993 que inclui o contrato social, devidamente registrado, entre os documentos exigíveis para fins de comprovação da habilitação jurídica. Tal exigência visa justamente à comprovação de que a licitante tem a atividade comercial compatível com o objeto licitado.

A mencionada lei, além de exigir o contrato social para fins de habilitação jurídica (art. 28, inciso III), exige, para fins de comprovação de regularidade fiscal (art. 29, inciso II), prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Sobre o assunto, interessante citar o posicionamento de Joel de Menezes Niebuhr<sup>8</sup>:

"[...] a Lei nº 8.666/93, pelo menos no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento

<sup>8</sup> (NIEBUHR, 2011, p. 372.)

constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação. No entanto, as pessoas jurídicas não devem atuar em atividades estranhas ao seu objeto social, que sejam incompatíveis com ele. Tanto isso é verdade que o inciso III do parágrafo único do art. 1.015 do Código Civil enuncia que o excesso por parte dos administradores das sociedades simples pode ser oposto a terceiros se ocorrer operação evidentemente estranha aos negócios da sociedade.

A Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação. Licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade. Repita-se que o documento constitutivo não precisa dispor expressa e especificamente sobre o objeto da licitação."

Para ratificar tal entendimento, insta trazer a tona o entendimento majoritário do órgão fiscalizador, Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

"REPRESENTAÇÃO. CONHECIMENTO.  
PREGÃO. LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA.  
PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS  
LUCRATIVOS. INCOMPATIBILIDADE ENTRE  
O OBJETO DA LICITAÇÃO E OS  
OBJETIVOS SOCIAIS DA ENTIDADE.  
PROCEDÊNCIA. MEDIDA CAUTELAR.  
DETERMINAÇÃO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA  
ANULAÇÃO DA HABILITAÇÃO E  
ADJUDICAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1.  
Inviável a habilitação de licitante  
cujo objeto social é incompatível  
com o da licitação. (...)” (Acórdão  
1021/2007, Plenário, Processo  
002.993/2007-5)

A Egrégia Corte de Contas, em seu Informativo de  
Licitações e Contratos nº 189, assim dispõe sobre o tema:

“Enunciado: 3. Para fins de  
habilitação jurídica, faz-se  
necessária a compatibilidade entre  
o objeto do certame e as atividades  
previstas no contrato social das  
empresas licitantes.

Para habilitação técnica, os  
atestados apresentados devem não  
apenas demonstrar uma situação de  
fato, mas, necessariamente, uma  
situação fática que tenha ocorrido  
em conformidade com a lei e com o  
contrato social.

(...)

O relator destacou que a Lei das Licitações exige o contrato social, devidamente registrado, entre os documentos necessários para evidenciar a habilitação jurídica dos licitantes, visando "justamente à comprovação de que a licitante tem a atividade comercial compatível com o objeto licitado". Aos olhos do relator, o "objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular. E nesse ponto ressalto que a Administração deve sempre prestigiar a legalidade. Não basta que a licitante detenha a capacidade comercial de fato, faz-se necessário que ela esteja em conformidade com a lei". Nesse aspecto, assinalou que o Código Civil obriga o registro dos atos constitutivos da sociedade empresarial, com seus fins ou objeto, e, como decorrência lógica, "se a empresa decidir mudar de atividade empresarial, possui o dever legal de promover a alteração de seu objeto social e do respectivo registro antes de

iniciar a prática dessas novas atividades".

Dessa forma, "ao exercer atividades em desconformidade com seu objeto social, devidamente registrado, a empresa também está agindo de forma contrária à lei, expondo a riscos todos os atores que com ela se relacionam", em decorrência da possibilidade "de contratação de quem não é do ramo" e "de a empresa vir a se eximir da responsabilidade pelos atos praticados por seu gerente". (...) O Tribunal, seguindo a proposta do relator, julgou procedente a Representação e determinou à entidade o cancelamento da ata de registro de preço e que se abstinhasse de prorrogar o contrato celebrado com a empresa ganhadora da licitação. Acórdão 642/2014-Plenário, TC 015.048/2013-6, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 19.3.2014."

Para arrematar, o douto professor, advogado especializado em licitações públicas e consultor jurídico Ariosto Mila Peixoto, assim retrata sobre o tema:

"Se o edital da licitação for explícito ao indicar: "deverão participar empresas que atuem no ramo ..."; ou "deverão participar

empresas com objeto social compatível com o objeto licitado" etc., é possível alegar quebra ao princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (edital).

Com o escopo de corroborar tal entendimento, segue o art. 997, inciso II e parágrafo único da Lei 10.406/2002 (Código Civil), vigente no nosso ordenamento jurídico pátrio:

"Art. 997. A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

II - denominação, objeto, sede e prazo da sociedade;

Parágrafo único. É ineficaz em relação a terceiros qualquer pacto separado, contrário ao disposto no instrumento do contrato."

No caso dos autos, tais constatações são de suma importância, também, vez que o objeto do certame é deveras específico e demanda maiores atenções e cautelas por parte da Administração Pública e, acaso esta resolva flexibilizar o regramento estabelecido por ela mesma quando da elaboração e publicação do instrumento convocatório, estar-se-á diante de verdadeiro desequilíbrio e concessão de privilégio à uma licitante (que não cumpriu o regramento) e a outra (a qual cumpriu, inclusive conforme já asseverado na ata do certame, todas as regras editalícias), o que não se pode admitir.



Resta, pois, evidenciado o fato de que não é possível a Administração Pública desta urbe, conforme alhures exposto, flexibilizar as regras editalícias e proceder à habilitação no certame de licitante que não cumpre, ao fim e ao cabo, os ditames editalícios, sob pena de afronta ao princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, bem como ao princípio da Isonomia.

Depreende-se, portanto, que a análise entre compatibilidade do objeto social da empresa licitante com o objeto da licitação não deve conter zelo que extrapole o que determina a lei nem restrinja a participação de empresas do ramo, o que não se está a fazer no bojo do presente recurso. Ao revés, as presentes razões recursais tão somente têm o condão de demonstrar que a Recorrida não possui objeto social condizente ao objeto licitado, fato que pode prejudicar e trazer danos à Administração Pública do Município de Maricá, uma vez que o certame efetivado pode não atingir a sua finalidade e, por via de consequência, não suprir as necessidades públicas que precisam ser atendidas, o que não se pode admitir.

Assim, nos termos de todo o encimado, outra não deve ser a conclusão da Administração Pública do Município de Maricá se não aquela que acolha as presentes alegações recursais, redundando na inabilitação da licitante MASTER DE CACHOEIRO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA., o que ora se requer.

Noutro giro, mister ainda consignarmos, o fato de que a marca do produto apresentada a título de amostra, a qual, inclusive, fora aprovada pela Administração Pública licitante/contratante, não fabrica o produto objeto do certame epigrafado, fato que, minimamente, causa espécie.



Tal fato veio ao conhecimento da Recorrente quando a mesma realizou consulta junto a um representante da marca apresentada, tendo sido informado que os postes fabricados por esta seriam "(...) em alumínio fundido.". Confira-se:

21:42

76



Marketing - Luminarias e Utildec...

Toque para adicionar aos contatos



Ola! Bom dia

09:56 ✓

Olá! Seja bem-vindo a Luminárias Nossa  
Senhora da Guia e Utildecor Móveis!

Me chamo Isadora, sou a responsável  
pelo marketing e mídias sociais. Como  
posso ajudar?

10:36

Bom diaaa

Teria algum contato para orçamento?

10:37 ✓

Boa tarde!

13:51

Como vai?

13:51

Seria a respeito de móveis?

13:51

Isso

Postes de ferro fundido

13:52 ✓

Poste Ornamental modelo Colonial com  
01 luminária tipo lampião (inclusive o  
globo). Poste totalmente fabricado em  
ferro fundido e pintado  
eletrostaticamente na cor azul RAL  
5000. Fabricado com suporte para  
globo tipo lampião com parafusos para  
fixação dos globos, em latão  
anticorrosivo. Luminária tipo Lampiã  
fabricada em polietileno injetado em  
uma única peça de alto impacto  
rotomoldado, com pináculo em ferro



21:43

76



Marketing - Luminarias e Utildec...



fixação dos globos, em latão anticorrosivo. Luminária tipo Lampião fabricada em polietileno injetado em uma única peça de alto impacto rotomoldado, com pináculo em ferro fundido. Acompanha fiações em cabos de cobre flexível de acordo com as normas vigentes. Fabricado com sapata (flangeado) e com janela de inspeção. Medida da base: 38X34 cm. Altura total do poste com luminária: 3,30m, Soquete: E-40. Próprio para lâmpada LED 70W.

13:52 ✓

Teria foto do modelo?

13:52

Nossos postes são em alumínio fundido

13:53

Segue catálogo

13:53



Catálogo Luminárias.pdf

64 páginas · 15,8 MB · pdf

13:53

Aaaa nao... especificação pede ferro fundido

13:53 ✓

Entendi! Nossa fabricação é em alumínio fundido

13:58



Tal fato é, no mínimo, curioso, posto que o edital é claro ao especificar que os postes cuja pretensão de aquisição pelo Município devem ser de "(...) totalmente fabricado em ferro fundido e pintado eletrostaticamente na cor azul RAL 5000."

Assim, pergunta-se:

- a) Como podem ter sido aprovadas as amostras apresentadas pela licitante Recorrida se a marca indicada pela mesma não fabrica postes nas especificações trazidas pelo edital; e
- b) Como poderá a Recorrida fornecer tais bens se a fabricante da marca das amostras (estranhamente) aprovadas não fabrica tais bens?

Assim, nos termos de todo o encimado, outra não deve ser a conclusão da Administração Pública do Município de Maricá se não aquela que acolha as presentes alegações recursais, redundando na inabilitação da licitante MASTER DE CACHOEIRO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA., o que ora se requer.

#### PEDIDOS

*Ex positis*, requer-se:

- a) O conhecimento e processamento das presentes razões, posto que tempestivas, na forma do disposto no artigo 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02; e

b) a inabilitação da licitante e Recorrida MASTER DE CACHOEIRO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ECRITÓRIO LTDA., no bojo do Pregão Presencial n° 013/2023.

Niterói, 24 de julho de 2023.



**MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA.**

Marcio Domingues Valladão Filho

RG n.º 25822574-7 DIC/RJ

CPF/MF n.º 143.357.977-45




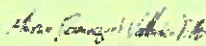
**CNPJ 47.029.872/0001-46**

**MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA**

Rua Visconde de Sepetiba, n° 935, sala 917

Centro, Niterói - RJ

**CEP: 24020-206**

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME <b>MARCIO DOMINGUES VALLADAO FILHO</b>		DOC IDENTIDADE/ORG EMISSOR/LF <b>258225747 DIC RJ</b>			
		CPF <b>143.357.977-45</b>		DATA NASCIMENTO <b>15/08/1990</b>	
FILIAÇÃO <b>MARCIO DOMINGUES VALLADAO</b> <b>MARCIA FERRAZ BLASQUEZ PAIVA</b> DOR					
PERMISSÃO <b>[B]</b>		ACC <b>[B]</b>		CAT. HAB <b>B</b>	
N° REGISTRO <b>1511924297</b>		VALIDADE <b>05/09/2023</b>		1ª HABILITAÇÃO <b>28/11/2008</b>	
OBSERVAÇÕES <b>A</b>					
Assinatura do Portador 					
LOCAL <b>NITERÓI, RJ</b>		DATA EMISSÃO <b>06/09/2016</b>			
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO					
<b>16063295631</b> <b>RJ655131250</b>					
<b>1722981820</b>		<b>RIO DE JANEIRO</b>		<b>1722981820</b>	
<b>DENATRAN</b>		<b>CONTRAN</b>			

**QR-CODE**



**Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.**

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO / DENATRAN**



Page. 1/9



Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nº do Protocolo

00-2023/133702-7

14/02/2023 11:20:59

JUCERJA

Último arquivamento:

00005229924 - 28/12/2022

NIRE: 33.2.1208663-1

MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA

Boleto(s): 104296501

Nash: 42C3DA32-079F-448D-99E0-8FEFA8838B98

Orgão	Calculado	Pago
Junta	439,00	439,00
DREI	0,00	0,00

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1208663-1

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 75242/23

Data de Início: 25/09/23

Rubrica: 82 Fis: 31

Código do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

### Requerente

Nome:	RAPHAEL COUTINHO DOS SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2130902067
E-mail:	rcoutinho@facilitycontabil.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	14/02/2023
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

14/02/2023

Data



00-2023/133702-7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA

NIRE: 33.2.1208663-1 Protocolo: 00-2023/133702-7 Data do protocolo: 14/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 14/02/2023 SOB O NÚMERO 00005319021 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D98F62D250D6C13ADAAFBEB0136B9F47B50ED34EBA97301DB6D14493A3C44CB

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA  
assinado digitalmente

Pag. 2/9

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA LIMITADA UNIPessoal  
DENOMINADA MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA.**

**MARCIO DOMINGUES VALLADÃO FILHO**, brasileiro, solteiro, engenheiro, nascido em 18/08/1990, portador da carteira de identidade nº 25822574-7 DIC/RJ, e CPF nº 143.357.977-45, residente e domiciliado na Rua Senador Fernandes da Cunha, nº 1330, Lote 7, Quadra 4, Rio do Ouro, Niterói, RJ – CEP 24330-060;

Único sócio da Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, denominada MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA, devidamente inscrita na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO sob o Nire nº 332.1208663-1, e CNPJ nº 47.029.872/0001-46, resolve, na melhor forma de direito, alterar seu Contrato Social originário, conforme as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: CAPITAL SOCIAL** – O sócio resolve aumentar o capital social para R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), divididos em 1.000.000 (Um milhão de quotas), no valor unitário de R\$ 1,00 (Um real), em moeda corrente do país, totalmente integralizados.

**Parágrafo Único:** Com o aumento do capital social, a distribuição das quotas ficará conforme abaixo:

SÓCIO	QUOTAS	(%)	VALOR
MARCIO DOMINGUES VALLADÃO FILHO	1.000.000	100%	R\$ 1.000.000,00
TOTAL	1.000.000	100%	R\$ 1.000.000,00

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Em razão das modificações contratuais, o único sócio resolve consolidar o contrato social tomando sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações anteriores, passando a ter a seguinte redação.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL EMPRESA LIMITADA UNIPessoal  
DENOMINADA**

**MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA**





**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A sociedade girará sob o nome empresarial de **MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A sede da Sociedade será na Rua Visconde de Sepetiba, nº 935 - Sala 917 - Parte - Centro, Niterói, RJ, CEP 24020-206.

**Parágrafo Único:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A sociedade terá por objeto as atividades relacionadas abaixo:

47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção; 2) 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; 3) 81.30-3-00 - Atividades paisagística; 4) 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; 5) 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; artigos decorativos; 6) 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática; máquinas e equipamentos para reprodução xerográfica; 7) 46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; 8) 46.49-4-99 - Comércio atacadista de brinquedos de qualquer material, inclusive eletrônicos; 9) 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; materiais plásticos e descartáveis; 10) 46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos; 11) 46.79-6-03 - Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras; 12) 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; uniformes profissionais em tecido, descartável e plástico para uso industrial, pessoal, médico; hospitalar e laboratório; 13) 47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem; 14) 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos; 15) 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; 16) 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas; materiais metalúrgicos; 17) 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros; produtos didáticos; editoração de jornais, revistas, livros, impressão digital, plotagem, serigrafia; 24) 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico; sinalizadores; placas; 18) 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis; 19) 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários; 27) 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura; tintas vernizes e solventes para pinturas; residencial, naval, industrial e hospitalar; 20) 47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios; 21) 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias; conservação; 22) 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios; áreas públicas, industriais e comerciais; 23) 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico; serviço de refrigeração; 24) 45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; 25) 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; tratores, caminhões, veículos de passeio; 26) 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; 27) 43.91-6-00 - Obras de fundações; Execução de fundações para edifícios e outras obras de



engenharia civil; 28) 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias; 29) 43.13-4-00 - Conjunto de operações de escavação, transporte, depósito e compactação de terras, necessárias à realização de uma obra; 30) 43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque; 31) 41.20-4-00 - Construção de edifícios; reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza existentes; montagem de edifícios e casas pré-moldadas ou pré-fabricadas de qualquer material, de natureza permanente ou temporária, quando não realizadas pelo próprio fabricante; 32) 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica; instalação, manutenção e reparo de qualquer tipo de construções; 33) 52.23-1-00 - Estacionamento de Veículos; 34) 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor; veículos náuticos; 35) 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores; 36) 71.12-0-00 - Serviços de engenharia; 37) 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura, inclusive projetos de segurança, prevenção e combate a incêndio; 38) 46.69-9-99 - Comércio atacadista de extintores de incêndio; 39) 46.84-2-99 - Comércio atacadista de cargas preparados para extintores de incêndio; 40) 47.89-0-99 - Comércio varejista de cargas e preparos para incêndios; 41) 4330-4/05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores; 42) 56.20-1-03 - Cantinas, serviços de alimentação; 43) 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção; 44) 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios; 44) 46.39-7/02 - Comércio atacadista de produtos alimentícios industrializados, com acondicionamento; 45) 46.79-6-01 - Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares; 46) 46.79-6-04 - Comércio atacadista especializado em materiais de construção; 47) 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armarinho; 48) 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho; 49) 47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria; 50) 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação; 51) 47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas; 52) 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telha; 53) 47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos; 54) 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção; 55) 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos; 56) 47.12-1-00 - Comércio varejista com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; 57) 47.59-8-99 - Comércio varejista de papel de parede e similares; 58) 47.44-0-06 - Comércio varejista de pedras para revestimentos; 59) 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos naturais e dietéticos; 60) 47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos; 61) 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros; 62) 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado em equipamentos de suprimentos de informática; 63) 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; 64) 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas; 65) 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas; 66) 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar; 67) 56.20-0-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas; 68) 43.30-4-01 - Impermeabilização de obras de engenharia civil; 69) 43.29-1-01 - Instalações de painéis publicitários; 70) 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material; 71) 73)



43.22-3-02 – Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração; 74) 43.22-3-03 – Instalações de sistema de prevenção contra incêndio; 75) 43.22-3-01 – Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; 76) 43.29-1-04 – Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; 78) 42.92-8-02 – Obras de montagem industrial; 79) 42.91-0-00 – Obras portuárias, marítimas e fluviais; 80) 52.29-0-99 – Serviços de monitoramento e controle de trânsito; 81) 93.19-1-99 – Atividades de pesca esportiva e de lazer; 82) 42.99-5-99 – Obras de construção de estruturas com tirantes; 83) 93.19-1-01 – Produção e promoção de eventos esportivos; 84) 47.51-2-02 – Recarga de cartuchos para equipamentos de informática; 85) 49.23-0-02 – Serviços de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista; 86) 71.19-7-01 – Serviços de cartografia, topografia e Geodésia; 87) 53.20-2-02 – Serviços de entrega rápida; 88) 43.30-4-04 – Serviços de pintura de edifícios; 89) 62.09-1-00 – Serviços de manutenção de sistemas informáticos; 90) 49.30-2-01 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças; 91) 49.30-2-04 – Transporte rodoviário de mudanças; 92) 61.10-8-01 – Serviços de telefonia fixa; 93) 61.20-5-01 – Telefonia móvel celular; 94) 62.09-1-00 – Suporte técnico, manutenção e serviços em Tecnologia da Informação; 95) 4753-9/00 – Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; 96) 3102-1/00 – Fabricação de móveis com predominância de metal; 97) 2511-0/00 – Fabricação de estruturas metálicas; 98) 3329-5/01 – Serviços de montagem de móveis; 99) 4930-2/01 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; 110) 5212-5/00 – Carga e descarga; 111) 5229-0/99 – Serviços de gestão e operação de tráfego; 112) 9609-2/99 – Serviços de manobrista de automóveis; 113) 2424-5/02 – Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço; 114) 2451-2/00 – Fundição de ferro e aço; 115) Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção; 116) Comércio varejista de móveis; 117) 4789-0/02 – Comércio varejista de plantas e flores naturais; 118) 8130-3/00 – Atividades paisagísticas; 119) 4541-2/03 – Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas; 120) 4763-6/03 – Comércio varejista de bicicletas e triciclos; 122) 4744-0/0 – Comércio varejista de ferragens e ferramentas; 123) 4120-4/00 – Construção de edifícios; 124) 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; 125) 7732-2/02 – Aluguel de andaimes; 126) 7739-0/99 – Aluguel de aparelhos de uso comercial sem operador; 4754-7/01 Comércio varejista de móveis; 127) 3329-5/01 Serviços de montagem de móveis de qualquer material; 128) 4292-8/01 Montagem de estruturas metálicas; 129) 4329-1/04 Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; 130) 9529-1/99 Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente; 131) 9511-8/00 Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; 132) 9529-1/05 Reparação de artigos do mobiliário; 133) 0810-0/06 Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado; 134) 0810-0/08 Extração de saibro e beneficiamento associado  
3600-6/02 Distribuição de água por caminhões; 135) 4399-1/04 Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em



obras; 136) 7731-4/00 Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; 137) 7732-2/01 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.

**CLÁUSULA QUARTA** - O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é o da data do registro do instrumento constitutivo.

**CLÁUSULA QUINTA** - O capital social será de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (Um milhão) de quotas no valor de R\$ 1,00 (um real), cada uma, subscrito e totalmente integralizado, neste ato, em moeda corrente do país, distribuído conforme abaixo:

SÓCIO	QUOTAS	(%)	VALOR
MARCIO DOMINGUES VALLADÃO FILHO	1.000.000	100%	R\$ 1.000.000,00
TOTAL	1.000.000	100%	R\$ 1.000.000,00

**CLÁUSULA SEXTA** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas responderão solidariamente pela integralização do capital social, conforme disposto no artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A administração da sociedade caberá ao sócio **MARCIO DOMINGUES VALLADÃO FILHO**, a quem compete praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade com os poderes e atribuições de representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo obrigar a sociedade, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

**Parágrafo único:** Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticado.

**CLÁUSULA OITAVA** - O administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA NONA** - Os sócios administradores poderão fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.





**CLÁUSULA DÉCIMA** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando o sócio dos lucros ou perdas apuradas, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

**Parágrafo único.** A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único.** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da Sociedade Anônima (Lei nº 6.404/1976), conforme faculta o § único do artigo 1.053 da Lei nº 10.406/2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Fica eleito o foro de Niterói/RJ, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, data, lavra e assina o presente instrumento, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro 2023.



Documento assinado digitalmente  
**MARCIO DOMINGUES VALLADÃO FILHO**  
Data: 09/02/2023 14:52:16-0300  
Verifique em <https://verificador.jb.br>

**MARCIO DOMINGUES VALLADÃO FILHO**





### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA, NIRE 33.2.1208663-1, PROTOCOLO 00-2023/133702-7, ARQUIVADO EM 14/02/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005319021, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
129.385.507-31	RAPHAEL COUTINHO DOS SANTOS

14 de fevereiro de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho  
Secretário Geral

1/1

#### Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MV2 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA

NIRE: 33.2.1208663-1 Protocolo: 00-2023/133702-7 Data do protocolo: 14/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 14/02/2023 SOB O NÚMERO 00005319021 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D98F62D250D6C13ADAFAEBEBB0136B9F47B50ED34EBA57301DB6D14483A3C44CB

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCE RJ  
Assinado digitalmente